A “Lei da Cumbuca”: a Revolta contra o Sorteio Militar

Fábio Faria Mendes

No ano de 1875, o recrutamento para o Exército e a Armada seria realizado no Império brasileiro, pela primeira vez, através de um sorteio universal. A nova forma de seleção militar substituiria o odioso *recrutamento forçado* até então vigente. A mudança havia sido introduzida pela Lei nº 2.556, de setembro de 1874, que marcou o início dos trabalhos das juntas de alistamento em todo o Império para 1º de agosto de 1875.

A nova lei espelhava as novas modalidades de prestação militar de corte universalizante que estavam-se tornando regra na Europa depois da guerra franco-prussiana (Howard, 1970). Fazia parte, por outro lado, de um amplo conjunto de reformas modernizantes que vinha sendo implementado pelo gabinete conservador de Rio Branco, incidindo sobre a instrução pública, a questão servil, o regime eleitoral, a magistratura e a Guarda Nacional. Para os militares reformistas, a lei do sorteio militar permitiria que o Exército se aproximasse dos modelos de organização militar europeus, tornando-se mais profissionalizado, eficiente e “nacional” (Dudley, 1976). Para as elites civis, o principal

Nota: Este artigo é uma versão modificada do capítulo 6 de minha tese de doutorado, *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*, apresentada ao IUPERJ em 1997.

benefício da reforma seria indireto: a eliminação das perniciosas influências do recrutamento sobre os pleitos eleitorais.

Em agudo contraste com o ideário europeizante das elites, no entanto, a década de 1870 foi um momento de profunda inquietação nos espíritos populares, especialmente nas áreas rurais. Iniciando-se com os ecos da questão religiosa, uma série de enigmáticos *furores* populares, que passou pelos “quebra-quilos” e pelas ações dos “rasga-listas” no Nordeste e em Minas, pelo movimento messiânico dos Muckers no Sul, pela “revolta do vintém” na própria Corte, e se encerrou talvez apenas com as epopéias messiânicas de Canudos e do Contestado já na República, reagiu a processos de secularização e racionalização que redefiniam as relações entre o Estado e os habitantes dos sertões mais remotos (Carvalho, 1992; Costa, 1987). Postos em movimento por uma conjugação de motivos complexos, tais episódios anunciavam profundas fissuras entre o mundo dos letrados e a cultura oral dos sertões.

Na opinião daqueles que promoviam a reforma do recrutamento, tratava-se de um grande avanço institucional. A lei do sorteio substituiu a “caçada humana” do recrutamento forçado por uma forma mais racional e equitativa de distribuição do serviço das armas. O próprio imperador vinha insistindo, desde 1872, na *fala do trono*, na necessidade de profundas mudanças no sistema em função das injustiças e tropelias que o recrutamento forçado invariavelmente suscitava (*Falas do trono*, 1977: 410).

A lei de 26 de setembro de 1874 estabeleceu o alistamento militar e o sorteio para homens livres e libertos entre 19 e 30 anos. Voluntários e designados pelo sorteio serviriam seis anos, enquanto os designados pelo sorteio seriam alongados para oito anos. A lei permitia, em tempo de paz, tanto a substituição pessoal quanto a comutação pecuniária.

A nova lei aboliu também os castigos corporais no Exército e extinguiu as posições de *cadetes* e *camaradas*. Buscando tornar mais suave e atrativo o serviço das armas, a nova legislação procurava eliminar os elementos mais arcaicos da disciplina brutal e arbitrária, assim como as marcas de distinção hierárquica, e para isso suprimiu os sinais mais assustadores do estigma dos soldados.

As juntas de alistamento seriam formadas pelo juiz de paz, pelo subdelegado e pelo pároco local. Os alistamentos seriam revistos, com as respectivas reclamações, por uma junta de revisão nas sedes das comarcas. Os contingentes anuais da Corte e das províncias seriam fixados na proporção dos indivíduos apurados. Seriam sorteados indivíduos na razão do triplo do contingente estabelecido.

O número e a variedade das isenções permitidas por lei reduziram-se drasticamente. Isenções tradicionais, como a dos casados, desapareceram. A nova lei, combinada com a reforma da Guarda Nacional de 1873, alterou também

radicalmente as relações do Exército com a corporação. A Guarda seria objeto de um realistamento geral, perdia suas atribuições de polícia e não constituía mais isenção ao recrutamento.

A reação popular à nova lei quando da instalação das juntas de alistamento, entretanto, surpreendeu ao governo. Em várias províncias do Império, e mais intensamente na província de Minas, multidões de homens e mulheres investiram contra as juntas, instaladas no adro das igrejas, destruindo os papéis do alistamento. Temeroso das repercussões, o governo imperial retrocedeu e adiou *sine die* a realização do sorteio. Novas tentativas de implementação da lei, nos anos subseqüentes, seriam também impedidas pela reação popular.

Os revoltosos seriam acusados de fanatismo, de incompreensão e, sobretudo, de ignorância, pois parecia evidente àqueles que defendiam a nova lei que seu objetivo era modernizante e civilizatório, e que sua implementação tornaria mais eqüitativo e suave o serviço das armas. Uma interpretação conspiratória do movimento sugeria que os “rasga-listas” haviam sido, na verdade, conduzidos por forças e motivos exteriores à revolta em si. Os amotinados, em sua ingenuidade, teriam sido manipulados pelos jesuítas ou pelos liberais radicais. As autoridades, tomadas de espanto, simplesmente não podiam crer que um movimento de tal extensão, ordem e sucesso, tramado silenciosamente e deflagrado em várias províncias simultaneamente, não fosse resultado de uma conspiração premeditada por elementos pertencentes, de algum modo, ao mundo dos letrados.

O veio conspiratório inspirava a narrativa dos acontecimentos miúdos, aparentemente contraditórios. O promotor público de Prata, na província de Minas, por exemplo, relatando a destruição das listas por um grupo armado, acreditava que, no intento, realizado por “homens de pouca ou nenhuma importância no lugar”, estes “(...) não foram executores da própria vontade e desígnio, mas sim do que alguém (athé est’ahora desconhecido), em melhor posição social relativa a taes instrumentos de desordem.”¹

As evidências indicam que as redes partidárias representaram papel importante na recepção hostil à lei. O debate no parlamento e na imprensa sobre a lei do sorteio havia influenciado profundamente os espíritos, mesmo nos lugares mais distantes. É inegável que as fagulhas lançadas por liberais radicais e ultramontanos, na tribuna e no altar, haviam alimentado o descontentamento popular. Em muitas localidades, os revoltosos, após a destruição dos alistamentos, dariam “vivas ao partido liberal”, ou a suas lideranças de maior destaque que, principalmente no Senado, haviam combatido veementemente o projeto. A interferência dos padres seria ainda mais importante. As fissuras entre Igreja e Estado produzidas pela prisão dos bispos repercutiam ainda vivamente. Em alguns lugares, a indisposição dos párocos para com a lei os colocaria na linha de

frente dos que a ela se opunham. Complicava mais ainda a situação o fato de a lei ter definido o pároco local como um dos três membros da junta de alistamento, a qual, na ausência de qualquer um dos membros, não poderia reunir-se. A própria lei do sorteio, em certa medida, imobilizava as operações das juntas de alistamento, ao dar substancial poder de veto aos párocos.

Mas, para além das querelas partidárias e religiosas, a insatisfação popular encontrava seus motivos principais nas profundas mudanças na rotina do recrutamento que a nova lei introduzia. Os tumultos sobrepunham-se às clivagens partidárias e ideológicas convencionais. A extensão do movimento, e os eloqüentes testemunhos das atas das juntas de alistamento, não deixam dúvidas de que existiam, no espírito da população livre em geral, sentimentos profundamente enraizados de oposição à nova lei, que revelavam fraturas na interpretação do significado do sorteio entre os mundos da cultura letrada e da cultura oral.

Na tipologia de Charles Tilly, a ação dos “rasga-listas” seria classificada como uma forma de protesto popular fundamentalmente *reativa*, ou seja, que representa “esforços de um grupo para reafirmar direitos estabelecidos quando algo ou alguém os viola ou desafia” (Tilly, 1978: 145). Movimentos reativos constituiriam ações eminentemente defensivas contra intrusões perturbadoras em rotinas e arranjos tradicionais provocadas por mercados internacionais em expansão e/ou Estados nacionais. Taxação, recrutamento e abastecimento haviam sido, na Europa dos séculos XVII e XVIII, os motivos típicos das revoltas da multidão pré-industrial (Tilly, 1975: 380-455).

Como os estudos clássicos de Rudé, Hobsbawm e Thompson demonstraram, na desordem aparente das aglomerações e explosões da multidão pré-industrial é possível identificar formas de organização e lógicas de ação surpreendentemente coerentes (Rudé, 1979; Hobsbawm, 1978; Thompson, 1993: 185-258). As regularidades na pauta de ação dos motins revelam a operação de regras precisas, objetivos bem definidos e considerável auto-restrição de parte da multidão. O motim pré-industrial é, fundamentalmente, de natureza *legitimista*. Ele visa ao retorno do habitual e do aceitável, à restauração da ordem natural das coisas, transgredida de algum modo pela ação ou omissão da autoridade. O motim é, sobretudo, uma forma elaborada e sutil de negociação ritualizada entre a multidão e as autoridades.

O que se propõe aqui é uma interpretação das palavras e ações dos “rasga-listas” no quadro de referências de uma *economia moral* do recrutamento. A revolta é interpretada aqui como prática coletiva cuja forma exprime representações e expectativas dos agentes sobre a natureza da ordem social. A lei do sorteio rompia expectativas tradicionais quanto à forma e aos objetivos do recrutamento, introduzindo novos elementos de incerteza. No contexto das experiências adquiridas com as práticas do recrutamento, os “rasga-listas” cer-

tamente tinham muito boas razões para agir como agiram. Ao contrário de demonstração de ignorância, tais movimentos revelavam um sóbrio sentido de *prudência*, assim como capacidades consideráveis de *ação coletiva*.

A modernização do recrutamento será interpretada pela população livre como uma ampliação injustificada dos encargos exigidos pelo Estado imperial, uma ameaça à liberdade que aproximaria perigosamente a condição do homem livre pobre daquela do cativo. Ser soldado no Brasil imperial significava estar sujeito a longos anos de disciplina brutal e arbitrária, trabalhos pesados, privações e riscos de toda sorte. A disciplina militar no Exército e na Armada seguiria sendo regida, até 1874, pelo terrível código do Conde de Lippe, e a punição mais comum era o castigo das “pranchadas” de espada. Contrastados com as terríveis realidades do serviço nas linhas, os apelos à virtude cívica e à honra militar deviam soar absurdos.

Os alistamentos reduziam, ademais, os *horizontes de invisibilidade da população*, garantia fundamental de proteção frente às demandas extrativas do Estado (Hespanha, 1986). Do ponto de vista da plebe livre, maior eficiência nas operações do recrutamento resultaria em maior capacidade de *tiranyizar* o cidadão comum.

A proximidade entre o censo demográfico, os alistamentos do sorteio e o novo arrolamento de escravos aumentava, certamente, as desconfianças quanto à “lei do cativo”. A lei do registro civil, em 1851, havia levantado apreensões quanto à possibilidade de reescravização dos libertos, dando origem ao movimento conhecido como “guerra dos marimbondos” (Palacios, 1989). Os arrolamentos para o sorteio também sugeriam vínculos, reais ou metafóricos, com a idéia do cativo. A condição dos soldados, submetidos a longos termos de serviços, privações várias e disciplina severa e arbitrária, era, com freqüência, associada à do “cativo” (McBeth, 1972: 60-78). Afinal, o recrutamento forçado fora sempre a “caçada humana”.

Na pequena paróquia do Melo, na província de Minas, por exemplo, os “rasga-listas” teriam dito aos membros da junta que “não queriam aquella ley que lhes vinha arrebatat seus filhos que lhes tinha custado criar”, pois que “alforriam nossos escravos e querem captivar-nos com a ley da cumbuca”. Em Ouro Branco, um grupo de homens e mulheres gritava “viva a liberdade, morra a escravidão, não queremos a lei do sorteio, lei de cativo para os nossos filhos”.

No que se refere ao recrutamento, as relações entre o Estado imperial e a população livre pobre sempre haviam sido marcadas por um alto grau de desconfiança mútua e arbitrariedade. Os agentes do recrutamento freqüentemente desrespeitavam as garantias legais representadas pelas isenções. Os agentes usavam de todos os ardis imagináveis para capturar recrutas, e as autoridades sistematicamente fechavam os olhos às *traduções locais* das levas que se operavam

através da administração diletante e dos partidos. A recente mobilização para a guerra, fresca ainda na memória, havia colocado em suspenso todas as fronteiras tradicionais das redes de privilégio e isenção.

Apesar de toda a arbitrariedade e confusão, no entanto, o recrutamento forçado estabelecera um modo de convivência precário, mas relativamente estável, com alto grau de certeza acerca dos grupos sobre os quais recairiam, provavelmente, os encargos. O recrutamento cumpria importantes funções de controle social (Beattie, 1994: 33-86). Seu funcionamento obedecia a certa “economia moral” no contexto da paróquia, punindo seletiva e preferencialmente indivíduos turbulentos, pequenos criminosos, maridos infiéis, filhos ingratos, trabalhadores pouco diligentes (Meznar, 1992). O modo altamente discricionário de realização das levas era equilibrado pelas precárias garantias da extensa rede de isenções consensuais que, embora nem sempre respeitadas, atribuíam *sentido* às decisões de *local justice* de distribuição dos encargos com referência a certo “utilitarismo corporativo” (Mendes, 1997: 139-200).

A adoção das *loterias* como principal mecanismo de alocação militar rompia esse modo de convivência por várias razões. Algumas dessas razões tinham a ver com as propriedades formais das loterias; outras relacionavam-se aos problemas de *confiança* envolvidos nas relações entre o Estado imperial, a administração honorária e as várias categorias de cidadãos, dadas as circunstâncias em que se processaria o sorteio.

Idealmente, as loterias oferecem aos recipientes potenciais, independentemente das suas propriedades circunstanciais, probabilidades idênticas de obtenção de um bem ou encargo. As suas condições formais básicas são a *equi probabilidade* e a *impessoalidade*. Na presença de indivisibilidade, heterogeneidade ou escassez extrema na distribuição de um bem ou encargo, as *loterias* seriam o mecanismo alocativo que mais se aproximaria do ideal de um igualitarismo simples (Elster, 1992: 62-76).

Diferentemente de decisões alocativas baseadas em alguma forma de adjudicação ou de mercados, as loterias não oferecem quaisquer *razões* para as distribuições que determinam (Kornhauser & Sager, 1988: 483-516). Ao que parece, em muitas situações alocativas trágicas de distribuição de “males”, as loterias são escolhidas precisamente por tal silêncio, que remete a escolha ao acaso, ao infortúnio ou ao destino.

As loterias seriam, pois, na expressão de Calabresi e Bobbitt, decisões de evadir-se da responsabilidade da escolha, especialmente quando a escolha é insuportável (1978: 41). As loterias dramatizam as ambigüidades e tensões inerentes à idéia de igualdade. Quanto menos diferenças relevantes são reconhecidas entre os recipientes, maiores as probabilidades de resultados que sejam vistos como absurdos de algum ponto de vista substantivo.

Operacionalmente, as loterias reduzem drasticamente os custos de informação e decisão de determinada escolha (Broome, 1984: 38-55). Elas evitam os problemas de complexidade moral das comparações relativas de escalas de mérito, direitos e conseqüências. As loterias, sendo procedimentos de decisão mecânicos, limitam também as possibilidades de corrupção e parcialidade dos distribuidores. Por todas essas razões, podem ser preferidas como mecanismo de alocação quando há elevada desconfiança com relação à honestidade dos responsáveis pela alocação.

O sorteio passava a representar uma ameaça imprevisível, combinando elementos de chance e compulsão. Da análise das propriedades formais das loterias, pois, emergiriam três pontos críticos relacionados ao sorteio militar nas circunstâncias peculiares do Império brasileiro. Primeiro, o problema de *confiança* com relação à eficácia das sanções disponíveis aos refratários, de um lado, e à honestidade dos responsáveis pela alocação, de outro. Sérias dúvidas seriam levantadas, durante as discussões da lei no parlamento, acerca das possibilidades de manipulação discricionária oferecidas pela composição das juntas e pelo modo de produção dos alistamentos. O segundo problema era a intransitividade entre a contingência e impessoalidade dos resultados (potencialmente absurdos, de qualquer ponto de vista substantivo) e as concepções correntes do significado de uma distribuição “justa” ou “eqüitativa”, corporificados nos “hábitos e costumes” do país. Por fim, considerando-se que o sorteio supõe *n* decisões de *local justice* realizadas de forma descentralizada, especialmente na preparação dos alistamentos, importariam decisivamente as diferenças no desempenho das várias agências locais de alocação da prestação militar, com possíveis resultados agregados de *global injustice*.

Tanto os refratários quanto mesmo os não premiados com um número “ruim” se viam agora sob ameaça permanente de captura. A nova lei exponenciava a incerteza, já crônica, produzida pelas levas. A lei determinava que no sorteio seriam tirados números correspondentes ao triplo do contingente designado para a paróquia. O número adicional de sorteados tinha em vista considerações de prudência, visto que as isenções requeridas, substituições, dispensas médicas, evasão dos refratários etc. precisavam, de algum modo, ser compensadas por novas designações. Parecia óbvio, entretanto, que o resultado de tal dispositivo seria pôr em movimento sucessivas ondas de refratários em fuga, colocando praticamente toda a população masculina em perigo de se ver chamada às bandeiras a qualquer tempo. A incerteza, que no recrutamento forçado se concentrava em certos momentos críticos, tornava-se permanente, e sempre renovada.

As garantias de eqüidade e honestidade nos alistamentos, ademais, não pareciam suficientes a ninguém. O arsenal das possibilidades de manipulação

dos alistamentos poderia ser tão extenso quanto o das tricas eleitorais. Temia-se que isenções antes obtidas pelo reconhecimento legal de imunidades, privilégios ou utilidade social se tornassem objeto de mercado. Isenções tradicionais, tal como a dos casados, não haviam sido incorporadas à lei. Na cidade de Pouso Alegre, um dos “rasga-listas” diria ao juiz de paz que o sorteio era “uma rede que o governo armava para colher o povo, que então não se podia dar isenções”. Em São Caetano do Chopotó, cerca de 100 pessoas informavam solenemente à junta que “não aceitavam a lei por ser injusta”. Em Paraíba do Mato Dentro, informava a junta, “homens ignorantes que nem ler sabem (...) entendem que a ley é muito peor que a antiga, e intendem que o sorteio é feito em todos de 19 a 35 annos, quer seja solteiros ou casados, e não há exenção alguma”. Ademais, “não querem explicação alguma, dizem que o que se quer é illudir a elles”.

Talvez o elemento mais decisivo a tocar o senso de injustiça e a chamar à ação os “rasga-listas” fosse, entretanto, o fato de que o advento do sorteio representava uma perda fundamental para o controle local sobre o recrutamento e as possibilidades de *tradução local* das levas. O sorteio reduzia drasticamente as possibilidades de negociação e barganha características da dinâmica do recrutamento forçado, impondo a presença de um Estado distante e impessoal. No mundo dos homens livres pobres, os laços pessoais estruturados em redes de parentes, clientes e amigos ofereciam proteção contra as ameaças do recrutamento. O sorteio ameaçava eliminar as linhas de demarcação entre protegidos e desprotegidos (Meznar, 1992). Em Diamantina, por exemplo, a junta informava que ao fazer saber do aviso do Ministério da Guerra de 3 de agosto, declarando que as juntas não eram competentes para atender as reclamações,

A doutrina deste aviso, causou tal impressão nos Cidadãos alistados e mesmo no Povo, que momentos depois do seu conhecimento e execução propalava-se que um grupo armado, à exemplo de outras partes, pretendia dar cabo de todo trabalho começado. (...) Muitos Cidadãos compareceram e pediram a Junta para não dar-lhe execução, pois do contrário teria de se reproduzir aqui as scenas de outras partes.

De forma reveladora, em muitas localidades a multidão que rasgava as listas acompanhava sua faina de “vivas” à antiga lei do recrutamento. Em Boa Vista do Rio Novo, por exemplo, homens e mulheres gritavam “viva a velha lei” enquanto rasgavam os papéis. No Prata, “homens de pouca ou nenhuma importância no lugar”, simples “lavradores ignorantes”, davam “vivas ao antigo systema de recrutamento”. Em Sant’Ana dos Ferros, os revoltosos afirmavam que “não aceitavam a lei do recrutamento, e já estavam cansados de aturar leis tão vexatórias”. Em Coromandel, os “rasga-listas” gritavam “viva a constituição

do Império, a Religião Catholica e abaixo a reforma da ley do recrutamento”. Como analisava o chefe de polícia da província de Minas,

Desde que o povo, em sua maior parte quasi ignorante, e que muito difficilmente poderá comprehender, e até mesmo ler e conhecer esta lei, está imbuído na idéia de que é péssima, de que esta lei, em vez do recrutamento, que era feito pelas authoridades e recahía sobre um ou outro desordeiro da localidade, o faz recahir actualmente sobre os filhos do grande e do pobre, e que portanto, não há meios de recorrer aos matos e de fugir da localidade onde se é perseguido; desde que o povo entende que a lei é péssima, que não há meio de fugir della, e que o remédio é por embaraço à sua execução, elle assim o faz, ainda mesmo à custa do derramamento de seu sangue e da sua própria vida. (*Annaes da Assembleia Provincial*, 1876: 308)

Os alistamentos reduziam drasticamente os *horizontes de invisibilidade da população*, que até então indisponibilizavam grande parte dela para fins militares. De outro lado, o sorteio evocava uma idéia de equidade na distribuição dos encargos que procurava eliminar as possibilidades de tratamento discricionário. Paradoxalmente, as fontes do ódio popular à lei baseavam-se precisamente na crença na justiça da distribuição *desigual* do encargo e no temor de sua distribuição *incerta*.

Tocqueville, ao analisar os mecanismos de seleção militar entre os americanos, afirmara que nas sociedades democráticas a paixão da *inveja* fazia tolerar o peso do encargo do serviço militar, mas não a sua desigualdade (Tocqueville, 1980: 499; Elster, 1993: 151-55). O que os habitantes do Brasil imperial não podiam admitir, movidos por *inveja aristocrática*, inversamente, era o tratamento igual para seres que consideravam como fundamentalmente desiguais. Como Calabresi e Bobbitt observaram, a principal dificuldade com o mecanismo alocativo das loterias é que elas são incapazes de distinguir diferenças relevantes entre os indivíduos, trazendo a possibilidade de resultados absurdos. Elas são incapazes de resolver os problemas colocados por valores discretos em conflito (Calabresi & Bobbitt, 1978).

No dia determinado para a reunião das juntas de alistamento em todo o Império, 1º de agosto de 1875, em várias províncias, multidões de homens e mulheres invadiriam os adros das igrejas, impedindo a realização das reuniões das juntas ou destruindo os alistamentos que ali se realizavam. Em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, as atas das juntas de alistamento de inúmeras paróquias relatariam a ação de grupos de homens e mulheres interrompendo repentinamente as reuniões das juntas e destroçando os papéis do recrutamento.²

A geografia dos distúrbios, entretanto, seria marcada por intensidades variáveis, no tempo e no espaço.

Na freguesia de Leopoldina, em Pernambuco, cerca de 200 homens armados, “depois de ter travado o cacete, e muita facada corrida”, rasgaram as listas. Da confusão resultariam um morto e muitos feridos. Em Cimbres, Bonito, São Caetano, Altinho, São Bento, Gravatá, Garanhuns, Buíque, Bom Conselho e Triunfo, haveria “grande exaltação”, com os habitantes recusando-se a dar os nomes para as listas, rasgando os editais e ameaçando os inspetores de quartirão e os membros das juntas. Em Itambé, seriam rasgadas todas as listas e demais papéis durante a noite, com a significativa exceção das petições que requeriam isenções. Na Paraíba, igualmente, “sintomas de oposição à nova lei” se faziam sentir em Alagoa Grande, Alagoa Nova, Ingá, Campina Grande e Pilar. Nas Alagoas, listas seriam rasgadas em Palmeira dos Índios e Penedo.

Em Acarapé, no Ceará, cerca de 60 “desordeiros armados de fouces e cacetes” haviam entrado em conflito com a força pública, resultando a escaramuça em mortes e ferimentos. Em Limoeiro, Quixadá, Boa Viagem, Saboeiro e Conceição do Baturité, grupos de mulheres ocupariam as igrejas e rasgariam todos os alistamentos. Em Goianinha, no Rio Grande do Norte, cerca de 300 pessoas entraram em conflito com a tropa, resultando em três mortes e sete feridos. Alguns dias depois, ocorreria novo conflito com a tropa em Canguaretama, com novos feridos e presos.

Na Bahia, um sério confronto já havia oposto povo e tropa na cidade de Salvador no dia 2 de julho, quando, durante os festejos públicos da independência da Bahia, a tropa atirou sobre a multidão. O comandante Frias Villar, que ordenou os disparos, seria espancado por populares quase até a morte, sem encontrar abrigo em qualquer parte (Villar, 1876). A tensão latente entre tropa e povo na cidade parecia ligar-se diretamente à questão dos alistamentos que estavam por se iniciar. Na seqüência dos eventos do 2 de julho, apareceriam inúmeras proclamações e provocações de resistência contra o recrutamento, mesmo nos jornais (*Annaes do Senado*, 1875[IV]: 2). Homens e mulheres armados destruiriam as listas em Santa Ana do Catu, Barcelos e Maraú, todos na comarca de Camamu, bradando que se tratava de uma “lei para captivar o povo”. Seguir-se-iam prisões e confrontos com a tropa em várias dessas localidades.

Nas províncias do Norte, a reação contra o recrutamento seguia de perto os passos da rebelião contra o sistema métrico que havia varrido a região entre novembro de 1874 e janeiro de 1875, e que ficaria conhecida como “quebra-quilos” (Barman, 1977: 401-424). A ação de “quebra-quilos” e “rasga-listas” se concentraria, coincidentemente, na região do agreste, onde uma florescente agricultura de brejo baseada no trabalho livre dos “matutos” abastecia o sertão e a mata, por meio de uma extensa rede de feiras locais, e se dedicava igualmente

à produção comercial do algodão (Joffily, 1892: 115-118). Em certa medida, “quebra-quilos” e “rasga-listas” reproduziam geografia muito semelhante à revolta dos “marimbondos” e ao “ronco da abelha”, de vinte e poucos anos antes (Palacios, 1989). Os motivos e inquietações também guardavam certa semelhança. Em Canguaretama, no Rio Grande do Norte, por exemplo, a lei do sorteio seria rebatizada pelos insurgentes, tal como havia sido a lei do censo de 1851, de “lei do cativoiro”:

(...) por um crescido grupo de homens e mulheres de 400 a mais pessoas, armadas de cacetes, e gritando que não queriam a lei do governo, que tinha de ser executada nesta villa com o supposto título de lei do recrutamento, *quando sabiam, que era uma lei para captivar o povo*, capitaneado este grupo por um pardo de nome Antônio Hilário Pereira morador nesta Villa, o qual gritava em altas vozes que era o maior homem desta terra, e que se continuassemos morreriam em primeiro lugar o Doutor Juiz de Direito da Comarca, o Juiz de Paz presidente e o Vigário da Freguesia, além de outros que ousassem auxiliar a junta.

Os “quebra-quilos” haviam dirigido sua ira contra os novos pesos e medidas, as coletorias e os registros notariais, mas não se haviam esquecido, também, das casas maçônicas, dos impostos provinciais e da nova lei do recrutamento (Souto Maior, 1978: 31). Com a destruição dos novos pesos e medidas do sistema métrico nas feiras, a queima dos papéis dos registros notariais, dos correios e das coletorias, os “quebra-quilos” procuravam eliminar, ainda que apenas simbolicamente, os instrumentos da progressiva racionalização das relações entre o Estado, o mercado e os cidadãos. Talvez em analogia ao sempre presente problema das “moedas falsas”, a substituição das múltiplas referências concretas tradicionais por medidas abstratas e desconhecidas trazia suspeitas de que a interferência da regulação estatal no domínio das medidas teria o efeito de desfavorecer os pequenos lavradores e os consumidores em geral nas suas relações com os comerciantes e arrematadores de impostos. A violenta repressão que se seguiria àquele movimento, pela coluna militar do coronel Severiano da Fonseca, realizando rigoroso recrutamento entre os insurgentes e aplicando o castigo do “colete de couro” a muitos outros, deixaria, ademais, sérias dúvidas se a nova lei do sorteio iria realmente “modernizar” os procedimentos do recrutamento.

Se no Norte a ação dos “rasga-listas” seguia uma linha de continuidade com as agitações dos “quebra-quilos”, em São Paulo, curiosamente, os acontecimentos pareciam apenas transbordar os eventos da vizinha província de Minas. As poucas paróquias atingidas pelos “rasga-listas” na província eram, coincidentemente, todas limítrofes de Minas. O ministro da Justiça, ao relatar os acontecimentos em São Paulo, registrava a sua ligação com os deslocamentos dos

mineiros: “Mais de 100 homens armados, *dirigindo-se do sul da província de Minas* para a cidade de Franca pelas vilas do Cajurú e Santo Antônio da Alegria, destruíram os livros e objetos relativos ao recrutamento” (*Relatório do Ministério da Justiça*, 1877: 5).

Na paróquia do Rio Verde, onde seriam também rasgados os livros e injuriados os membros da junta, o juiz de paz comentava que o movimento sedicioso concentrava-se justamente naqueles lugares onde havia passagem de romeiros. O chefe de polícia de São Paulo também responsabilizaria, além do pároco local, os habitantes da província de Minas pelos distúrbios na sua jurisdição: “Segundo informa o Juiz de Direito da Comarca há sérias suspeitas de ser o Vigário da Paróchia o promotor de tal attentado.(...) Tem se dado a coincidência de taes movimentos só terem aparecido nas localidades em que existem muitos mineiros.”

A maior parte dos protestos contra a aplicação da nova lei, entretanto, concentrava-se na província de Minas Gerais, já então famosa pela invencível aversão dos seus habitantes ao serviço militar. Durante todo o mês de agosto, as juntas de alistamento de pelo menos 78 localidades daquela província seriam atacadas por multidões que, segundo os informes das atas de instalação das juntas, variavam entre 30 e 500 pessoas. Nessas ocasiões, os alistamentos em preparação seriam rasgados ou queimados, e às vezes as próprias autoridades insultadas e mesmo agredidas. Em setembro, outras 30 paróquias assistiriam a tumultos semelhantes. Entre outubro de 1875 e abril de 1876, pelo menos mais 19 outras localidades seguiriam o mesmo destino, com agitação crescente. O chefe de polícia informava, laconicamente, em setembro de 1875:

Se pode asseverar que em nenhuma parochia da Província se conseguiu ainda que a junta Parochial funcionasse regularmente e terminasse os seus trabalhos, por que são elles interrompidos por massas de povo de ambos os sexos, que invadem as igrejas, accomettem as Juntas, e as obrigam a dispersar-se inutilizando os papéis relativos ao recrutamento. As circunstancias da Província actualmente, é preciso dizê-lo francamente, são melindrosas e assustadoras.

Em contraste com o que acontecia no Norte, a ação dos “rasga-listas” mineiros seria acompanhada, ao menos no primeiro momento, de relativamente pouca violência e praticamente nenhuma resistência das autoridades. Os poucos casos de conflito aberto parecem ter-se concentrado naquelas cidades em que com a questão do recrutamento entrelaçava-se a luta entre católicos e maçons, como aconteceria em Ponte Nova, São Domingos do Prata, Uberaba e Serro. Acontecimentos como aqueles relatados pelo jornal liberal *O Mineiro*, de Pouso Alegre, em que a aglomeração motivada pelas comemorações do dia da inde-

pendência haviam criado as condições práticas e a referência simbólica para a destruição dos alistamentos, poderiam ser considerados típicos da pauta de ação dos “rasga-listas” na província:

Desde as 4 horas da tarde, mais ou menos, que para o lado do Rozário subiam ao ar inúmeras Girandolas, e os que ignoravam o movimento não viam nisto sinão que se preparavam para festejar o aniversário de nossa independência. As 6 horas da tarde, mais de duzentas pessoas, com a corporação musical à sua frente, saíam a frente, dando vivas a Nação Brasileira, ao dia 7 de setembro, ao Partido Liberal, ao povo, aos Conselheiros Nabuco, Saraiva, Silveira Lobo e Zacharias.

Dirigiram-se à casa do Sr. Capitão Caetano G. Lopes, onde se achavam reunidos, em um divertimento familiar, o Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca, o Sr. Delegado de Polícia, algumas pessoas distintas e o principal redator desta folha; ahi, depois de tocar a música, o povo exigiu a presença do redator do “Mineiro”; acodindo ao chamamento, foi este entusiasticamente saudado pelo povo; agradecendo as saudações que lhe eram dirigidas, pediu que lhe dissessem o que pretendiam de sua pessoa; foi então quando os manifestantes explicaram o motivo d’aquella reunião: pediam em altas vozes que queriam rasgar as listas, livros e mais papéis concernentes ao alistamento; (...) Dirigio-se o numeroso ajuntamento à casa do Juiz de Paz, presidente da Junta, e exigiu pacificamente que lhe fizesse entrega das listas e todos os papéis do alistamento depois de alguma hesitação, o Juiz de Paz entregou os papéis que o povo destruiu em poucos instantes, e como que satisfeito do que havia feito, continuou a percorrer pacificamente as ruas, sempre com a música à frente, e na maior harmonia, dando repetidos e entusiásticos vivas à soberania do povo, à Nação brasileira, ao dia 7 de setembro e aos mais eminentes vultos do partido liberal do Império.

Assim como em Pouso Alegre, em muitas outras localidades a destruição das listas seria acompanhada de comemorações festivas e contaria com a convivência, às vezes mesmo com a participação ativa, dos principais do lugar. Em Madre de Deus, por exemplo, a junta acusaria que “entre o povo de classe baixa, haviam pessoas de posição mais elevada”. Em Uberaba, a destruição das listas havia sido realizada por um “grupo de homens moradores em suas roças”, mas, em verdade, “esta gente era dirigida por pessoas da cidade”, e dizia-se mesmo que “o Juiz de Paz era sabedor deste plano”. Em Botelhos, um “grupo de povo”, tendo à frente o alferes Francisco Ferreira, entregara um protesto escrito contra a lei, e se retirara pacificamente. Em Piedade da Boa Esperança, depois de destruírem listas e edital, homens e mulheres haviam percorrido o arraial acompanhados de música,

“demonstrando regozijo por terem frustrado o alistamento”. Em Lavras do Funil, analisava a junta, “não foi somente a Plebe que fez a sedição”, e a vitória dos “rasga-listas” seria comemorada com fogos e “infernado alarido”. No Serro, depois do dia agitado, seguiram-se comemorações à noite, com casas iluminadas, “banda de música e longos discursos do Dr. Mares Guia”.

Na verdade, não é de surpreender que a geografia da revolta tivesse seu centro naquela província. As taxas de voluntariado e o apurado no recrutamento forçado tinham sido sempre ali proporcionalmente muito inferiores a qualquer outra província do Império. A aversão dos mineiros ao serviço das armas era proverbial. Ali se havia estabelecido forte tradição de resistência às exigências do Estado imperial, sustentada pelas interpretações consuetudinárias das “isenções de utilidade”, e que gozavam da concordância tácita das próprias autoridades. Na verdade, a revolta contra os alistamentos reproduzia um padrão de repulsa a *qualquer* modalidade de serviço militar que vigoraria ali durante todo o século (Mendes, 1997: 101-109).

A oposição à lei era facilitada, ademais, pelas dimensões da província e pela precariedade dos recursos à disposição do governo provincial. As inúmeras solicitações de tropa que faziam as juntas de alistamento para fazer valer sua autoridade, acalmar os ânimos ou punir os revoltosos, ou não poderiam ser atendidas ou o seriam tardiamente e de forma insuficiente. O chefe de polícia lamentaria a total ausência de meios repressivos para conter a revolta na província:

A falta de autoridades policiaes, não obstante os esforços empregados para preencherem-se na máxima parte a execução da referida ley, accresce que há absoluta carencia de força pública, por que *tendo sido dissolvido o corpo policial por ley provincial*, que creou a Guarda Municipal, incompleta em toda Província, entretanto ainda não foi possível, apesar dos esforços empregados, conseguir-se a reorganização do Corpo Policial, em que não é permitido o recrutamento, havendo geral negação para o serviço militar. A Guarda Nacional, desorganizada em sua totalidade, quasi nenhum auxílio pode prestar, alem de que é involvida nas perturbações locais a maior parte da população que a constitue.

Minas era uma província interior muito grande, e a mais populosa do Império. Apesar das muitas cidades e vilas, a ocupação do território era dispersa, e os transportes e comunicações difíceis. O censo de 1872-74 indicava a presença de aproximadamente 300.000 escravos e 1.700.000 habitantes livres na província, metade dos quais eram classificados como negros ou pardos. Em Minas concentravam-se cerca da metade da população livre e quase 2/3 das paróquias do

Império. As limitações materiais e morais da administração honorária se faziam sentir em toda a sua intensidade ali, como admitia o presidente da província em 1875:

As condições especiais d’esta Província, sua extensão territorial, a multiplicidade de freguesias, muitas delas com pessoal pouco habilitado, sem párochos, ou com estes estrangeiros, habitando os membros de que se compõe as juntas a grandes distâncias do lugar da reunião, são outros tantos motivos que concorrem para que a lei do alistamento e sorteio militar encontre embaraços na sua inteligência e fiel execução.

Contribuições recentes têm revelado que a economia da província era altamente dinâmica e diversificada, apesar de servir fundamentalmente ao mercado interno. Dada a ampla disponibilidade de terras, prosperava ali um proto-campesinato livre, de pequenos sitiantes, ligado à produção de alimentos para o abastecimento da própria província e da Corte, assim como uma importante indústria têxtil doméstica de panos de algodão (Martins, 1980; Libby, 1991: 1-35). Embora as dinâmicas da economia e da sociedade prosseguissem sendo solidamente escravistas, e a província fosse mesmo durante boa parte do século uma importadora líquida de escravos, os plantéis médios de escravos eram muito menores do que nas regiões agroexportadoras tradicionais de café, açúcar ou tabaco (Martins, 1983). Ao que parece, fazendeiros, agregados e sitiantes dependiam mais do trabalho livre sob bases domésticas do que em outras regiões do país.

Minas Gerais e o agreste nordestino, os dois principais focos da geografia das revoltas da década de 1870, distinguiam-se, em certa medida, por trajetórias à parte no processo de transição ao trabalho livre.³ Nessas regiões de concentração da pequena produção mercantil, a relativa liberdade dos sitiantes dos laços de dependência contrastaria com a sujeição dos agregados e moradores das áreas de *plantation*. Laços mais horizontais que verticais permitiriam, supostamente, maiores capacidades de *ação coletiva*, e portanto maior resistência às demandas do Estado.

Apesar das variações regionais, entretanto, o 1º de agosto fazia explodir uma situação de tensão latente que era comum a praticamente todo o Império. No Rio Grande do Sul, por exemplo, não consta que a realização dos alistamentos encontrasse obstáculo na ação da multidão. Ao contrário, os trabalhos das juntas parecem ter-se realizado ali com ordem e regularidade. Província de tradição militar, é de supor que a presença das tropas oferecesse muito mais garantias à operação das juntas que no restante do país. Ainda assim, os alistamentos seriam

marcados por problemas que revelavam claramente as múltiplas dificuldades que a administração honorária impunha à implementação da nova lei.

Apesar de os alistamentos realizarem-se na província do Rio Grande sem a presença visível de distúrbios ou hostilidade popular, o trabalho das juntas seria objeto de tal grau de manipulação que tornaria inviável a realização dos sorteios. A *tradução local* que caracteristicamente marcava o recrutamento forçado se transferia ali para a realização dos alistamentos. O juiz de paz de Dores, distrito de Porto Alegre, por exemplo, acusaria a junta de alistar exclusivamente os cidadãos de uma parcialidade política, excluindo os da contrária. Em São Leopoldo, a junta revisora se desesperaria na presença das falhas dos alistamentos:

As faltas cometidas pelas juntas parochiais foram tais e de tal alcance que a despeito de todo o esforço empregado os trabalhos da Junta de revisão não podem deixar de se ressentir de uma origem viciosa.(...) Todas as Juntas parochiaes desta comarca talvez não tanto por ignorância dos preceitos da nova lei, como pelo desejo de ostentar atribuições que não lhes foram conferidas, se não limitavam a dar opinião sobre cada um dos cidadãos maiores de 19 e menores de 30 anos, contemplados em ról pelos Inspectores de Quarteirão, se arrogavam do direito de julgar as isenções, e todos aqueles que em seu conceito se achavam em taes condições não foram contemplados no alistamento. Seus nomes apenas se encontram nas actas dos trabalhos das juntas. O Alistamento pous em geral consistiu no lançamento daquelles cidadãos que no conceito das Juntas parochiaes não tinham isenção ou não reclamavam.

Em Bajé a junta de alistamento, a pedido do comando da guarda nacional, havia eliminado 278 guardas do alistamento, julgando que já se ocupavam suficientemente nas *liturgias* e, portanto, não deviam ser incluídos no rol dos possíveis sujeitos ao sorteio, como ela assim procurava justificar:

Ora, sendo uma verdade que a Guarda Nacional das fronteiras da Província está em constantes deslocamentos; que sem o menor custo ou embaraços por parte da administração, presta essa milícia seus serviços como se tivesse organização militar, sempre que dela há precisão, como presentemente, guarnecendo uma das alas da linha divisória com a república vizinha, por estas considerações não teve a junta dúvida alguma em deferir a dita reclamação.

Nas províncias atingidas pela agitação dos “rasga-listas”, a desordem aparente dos acontecimentos encobria a presença de padrões de ação coletiva bem estruturados. Antes do dia 1^o de agosto, inúmeros sinais e rumores haviam

anunciado a tempestade que estava por vir. Atravessando os sertões da Bahia, no início de 1875, o viajante inglês James Wells seria denunciado em certo lugar como o anticristo que havia chegado para “escravizar o povo” (Wells, 1886: 74). Talvez a iminência do sorteio e suas novas incertezas estivessem a sugerir evocações escatológicas. Em outros lugares, mais concretamente, haviam circulado “boatos aterradores”, como comentava, por exemplo, o juiz de paz da distante Paracatu, e certos elementos estavam explorando a lei “como meio de tornar odioso ao Povo, tanto o Governo superior como as autoridades subalternas”.

Sinais mais evidentes da hostilidade com relação ao alistamento, entretanto, seriam notados quando da afixação dos editais. Em Conceição do Serro, por exemplo, a junta informava que: “No dia 1^o de julho foi affixado na porta da Igreja Matriz o competente edital, o qual nesta mesma noite foi subtraído, sem que fosse possível descobrir o author de tão criminoso acto.”

Os editais anunciando os alistamentos, afixados sempre à porta da igreja matriz, seriam o primeiro objeto da fúria popular. Em Catas Altas da Noruega, eles seriam substituídos por “pasquins ameaçadores”. No distrito de Boa Família, o edital seria rasgado e no seu lugar representados “uma porção de porretes”. Em São Bento, Pernambuco, o edital seria arrancado e substituído por um pasquim em que “se convidava o povo a resistir à execução da lei, e ameaçados e injuriados o delegado, vigário e escrivão de paz”. Em Panelas, naquela mesma província, os editais seriam manchados de sangue.

Outros sinais perturbadores chegavam do trabalho inicial da produção das listas que antecedia a reunião das juntas. Os inspetores de quarteirão, responsáveis pela recolha das informações preliminares para a preparação dos alistamentos, informavam que os habitantes os hostilizavam e procuravam, por todos os modos, obstruir seu trabalho. Em Campestre, por exemplo, um inspetor contava que “percorrendo seus Quarteiroens, não pode obterem por forma alguma os Nomes, Idades, exatamente dos que deviam ser alistados”. Em São José do Areado, alguns inspetores afirmavam que “deversas pessoas (...) se opuserão a dar os nomes, Idade, Estados e naturalidade, assim como todos estes q^r. se opuseram ainda tem ameaçado publicam^{te}. de agredirem a mesa q^{do}. estiver funcionando”. Em Nossa Senhora do Patrocínio, a mesa informava que havia recebido apenas três listas e, mesmo estas, incompletas. Os demais inspetores “não acharam pessoas algumas que quizessem dar seus nomes nem p^r. si nem p^r. seus filhos, dizendo que preferiam antes morrer, ou matar”.

Os inspetores, e também os membros que compunham as juntas de alistamento, passaram a sofrer ameaças e insultos. Em Carmo do Campestre, haviam aparecido cerca de 200 pessoas e advertido a junta de que “não consentiam que seguissem os trabalhos desta Ley, e que se prosseguissem esbandalhavam a

mesa e a Ley.” Em São Francisco do Rio da Glória, afirmavam que “si reuniçe a Junta alistadora, voltariam e antão correria muito sangue”. Em São Miguel do Anta, avisavam que “vinham com o propósito de tomar os papéis, e em caso de resistêcia teriam os membros da Junta de morrer”.

As juntas freqüentemente sabem de antemão que algo de grave irá se passar, o que dá aos relatos certo sabor teatral. Por vezes as juntas antecipam-se, avisando as autoridades dos ânimos da população, pedindo garantias ou adiando o início dos trabalhos. Em tal situação de tensão latente, grande número de juntas de alistamento evitaria prudentemente reunir-se, pretextando desculpas de viagem, doença, ausência de membros, falta de material ou dúvidas sobre os procedimentos a seguir. Outros recuariam à vista dos acontecimentos. Em Piranga, por exemplo, os alistamentos haviam sido rasgados e incendiados por “500 homens armados e desconhecidos”, a 22 de agosto de 1875, aos gritos de “urna, urna”. O pároco local, assustado pelos acontecimentos, pedia prudência ao governo imperial, suspendendo a odiada lei:

Previendo que muito sangue terá de correr nesta localidade, a realizarem-se as promessas daqueles homens. E, como minha missão seja toda de paz, mui sensível ser-me-ha semelhante cousa, em que eu pela força da lei tenha de figurar, em risco de perder m^a. vida, que não desejo dar tão barata, e que som^e. darei em defesa da religião do Calvário e da Pátria. Pelo que, na emergência de ver-me novamente pela força da lei na procedencia dos trabalhos da junta, de que infelizmente faço parte, acarretando, assim, a animadversão de muitas ovelhas, que consideram, por sua inepecia, a Junta como a mais oposta a suas idéias, por isso ella vira a ser o prim^o. alvo dos seus desmandos, pelo que, logo que me consta que nova sedição se forma, e para a porta da Matriz se encaminha, iminentemente, me retiro para a minha caza; porque, como já disse, não estou disposto a dar a vida por preço tão diminuto. Muito bom seria que o Exmo. Governo em sua sabedoria poupasse, da melhor forma, sem^e. guerra civil.

A geografia da rebelião dos “rasga-listas” não refletia, pois, toda a extensão do fracasso da lei do sorteio. Em muitas das localidades, as juntas simplesmente não se haviam reunido pela ausência de alguns dos seus membros, o que constituía impedimento legal para o seu funcionamento. Se, de um lado, tais ausências revelavam prudência estudada, ou secreta concordância com os fins dos insurgentes, apontavam também para os problemas operacionais que obstruíam o funcionamento das juntas, em função de sua natureza diletante. As juntas de alistamento enfrentavam, ademais, difíceis problemas de interpretação

da complexa teia de procedimentos que a lei do sorteio havia instituído, os quais se refletiam na disposição para colaborar dos membros das juntas.

Segundo a lei do sorteio, a junta de alistamento devia ser composta pelo juiz de paz, pelo subdelegado e pelo pároco local. A tarefa não era remunerada, demandava longos trabalhos e encontrava forte oposição de todos os lados. Muitos párocos, ademais, na esteira da questão religiosa, faziam oposição sistemática à lei. Em Ponte Nova, por exemplo, o promotor argumentava que o vigário era “o chefe sedicioso e agitador em todos os tempos”. Havia usado o púlpito para criticar o governo por ocasião da emancipação dos nascituros e da questão religiosa, e agora “rebelara-se contra a lei da conscrição, fazendo disso alarde e ostentação na Tribuna sagrada, no altar, nas ruas e nas praças”. O modo colegiado e diletante de realização dos alistamentos introduzia um elemento de *fricção* de difícil controle, acentuando a incerteza da colaboração das autoridades:

São aquelas autoridades acordes em declarar que ha geralmente prevenção contra o systema adoptado pela citada lei para a composição de nossas forças de terra e mar, sendo o primeiro obstáculo que se encontra neste serviço a falta de listas ou o modo incompleto por que são feitas as que se apresentam os inspetores de quarteirões, e o pouco zelo das juntas parochiaes, a despeito das penas impostas aos membros das indicadas juntas, que, sem motivo justificado, tem deixado de comparecer para os respectivos trabalhos. (*Relatório do Ministério da Guerra, 1884 :5*)

Ademais, muitas das próprias autoridades compartilhavam, secretamente, as opiniões dos “rasga-listas” quanto à indesejabilidade da lei do sorteio. Alguns mesmo, mais ousados, se apresentariam pessoalmente à cabeça dos motins. Em São Francisco do Rio da Glória, a turba seria comandada por um dos inspetores de quarteirão. Em Tabuleiro do Pomba, a junta informava que muitos dos insurretos eram agregados do subdelegado. Em São Domingos, na comarca do Serro, o juiz municipal acusava membros da junta de alistamento de serem os cabeças do movimento. Em Ponte Nova, o pároco não só não compareceria aos trabalhos da junta como convidava à desobediência à lei em suas prédicas, sendo acusado de mentor do incêndio da casa do “promotor maçom”. Como comentaria o chefe de polícia da província de Minas Gerais:

Em geral só não se tem realizado estes factos n’aquellas localidades em que as authoridades policiaes, coniventes com o povo, opõe embaraços à execução da lei por meio da inércia, furtando-se ao cumprimento desse dever por motivos frívolos, e contemporizando com o povo. (...)

Nas perturbações gerais da ordem pública, tem tomado parte grande número de pessoas de todas as classes, ou directa ou indirectamente, em todas as localidades, e em geral há da parte das autoridades policiaes, a mesma repugnância à lei mencionada.

Ali onde as ameaças veladas e a hostilidade latente não haviam sido suficientes para dissuadir a junta de reunir-se, os “rasga-listas” põem-se em ação. As práticas da rebelião e suas pautas de ação coletiva, apesar da variedade das situações, apresentam regularidades surpreendentes, embora nada fizesse supor qualquer tipo de coordenação entre os movimentos que emergiam, simultaneamente, nos pontos mais diversos. Por certo, o sucesso dos primeiros eventos e a impotência do governo provincial animariam a repetição de acontecimentos em outras localidades. No geral, o movimento fazia lembrar a ação ritualística das *mobs* do século XVIII europeu (Rudé, 1979).

A rebelião dos “rasga-listas” alterava radicalmente as pautas de ação coletiva e as estratégias de evasão do recrutamento vigentes até então. Na operação do recrutamento forçado, as formas de evasão do serviço haviam-se concentrado em pontos de fuga oferecidos por aquelas isenções cujas propriedades eram, de alguma forma, manipuláveis pelos próprios indivíduos. Os ameaçados pelo recrutamento casavam-se, fugiam para os matos, forjavam documentos, entravam para a Guarda Nacional, para os conventos, para as aulas de letras, diziam-se praticantes de certo ofício designado nas *Instruções* de 1822 ou, em último caso, mutilavam-se. Como as condições de isenção eram altamente discricionárias e dependentes de interpretação, o recrutamento resultava em um complexo jogo de *gato e rato*, em que entravam em conflito autoridades e testemunhos. Nas novas condições do sorteio, as possibilidades de manipulação se transferiam para os alistamentos, e enormes poderes discricionários concentravam-se nas juntas de alistamento.

A dependência da realização dos alistamentos para a distribuição dos contingentes ofereceria aos muitos descontentes com a nova lei do sorteio um meio simples e eficaz de impedir a sua implementação: a destruição dos alistamentos. A lei moldava as novas formas de *ação coletiva* que obstruiriam a sua execução. A experiência dos sucessivos fracassos na realização dos alistamentos faria com que alguns ministros sugerissem que as paróquias refratárias fossem submetidas ao recrutamento forçado, como meio de correção do problema, mas a solução não chegaria a ser implementada (*Discursos*, 1882). Apesar dos continuados esforços, o sorteio efetivamente nunca se realizaria.

Com algumas variações no padrão geral, os amotinados dirigem seu furor fundamentalmente às listas e papéis do recrutamento, que são rasgados ou queimados. Os arrolamentos se tornariam o campo de batalha entre os “rasga-listas” e as juntas, numa luta em que os revoltosos procuravam manter os

horizontes de invisibilidade da população e impedir a realização do sorteio. A ação dos “rasga-listas” acompanha-se de um uso regulado da violência física, a não ser quando encontra resistência oposta. Os relatos das juntas são, inúmeras vezes, estruturados na forma do diálogo, em que ficam evidentes os elementos de negociação entre a multidão e as autoridades. A junta de Catas Altas da Noruega, por exemplo, relatava a 11 de agosto:

Foi a Igreja invadida por um grupo de mais de setenta indivíduos desarmados, os quaes dirigindo-se à Junta intimaram-na para encontamente entregar-lhes todos os papéis e livros concernentes ao alistamento, declarando que pretendiam rasgá-los, visto como não tolerariam a execução de tal suppra citada lei. Nesta ocasião levantando-me falei ao Povo forcejando para convencê-lo de que o meio que empregavam, sobre ser ilegal e violento, nada produziria; que a nossa constituição nos garantia o direito de petição, e que representasse aos poderes competentes. A isto responderam-me que a nada cederiam, e avançando para a Meza foram se apoderando dos papéis e livros.(...) Os papéis e livros arrebatados pelo Povo foram imediatamente rasgados no eio de grupos de viva, e protestos de que reproduziriam as mesmas scenas todas as vezes que a junta se reunisse para a continuação dos trabalhos.

Reunida secretamente em algum lugar das proximidades da paróquia, a multidão segue para a Igreja, o local marcado pela lei para a reunião da junta de alistamento. A igreja é referência central da organização do espaço urbano das cidades. Espaço do sagrado, é também local de atividades profanas, reuniões públicas e festas e, sobretudo, funções administrativas e políticas. As eleições ali se realizam, os editais são afixados à sua porta. É ali também que devem se realizar os alistamentos. Ali, pois, se encena o drama da revolta, de caráter simultaneamente simbólico e demonstrativo. As ocasiões festivas, religiosas ou profanas, servirão muitas vezes de elemento catalisador para os ajuntamentos. A descrição dos eventos de Piranga é característica:

A junta parochial tem a honra de levar ao conhecimento de V. Excia., que, achando-se reunida no consistório da Matriz provisória desta cidade de Piranga, em continuação de seus trabalhos as duas horas do dia 23 do corrente, foi agredida por um grupo de 50 homens mais ou menos, armados de paus, foices e facas de ponta, recclamando a urna (como que se a houvera!) para despedaçá-la, ao que o Presidente e demais membros responderam: “que tal urna não existia.” Em virtude de que reclamaram entrega de todos os papéis que achavam-se sobre a mesa dos trabalhos, e como a Junta não lhes entregassem, lançaram mãos violentas sobre elles, achado-se esses papéis de mais a mais colocados entre a

imagem do Crucificado e de sua mai Santíssima, que para obstar a maiores males foram por unânime aprovação da meza colocados sobre a referida meza de trabalhos.

A multidão tem, quase sempre, uma composição mista, com homens, grupos de mulheres e por vezes mesmo crianças. Em Sant'Ana, por exemplo, vem precedida de crianças de dez a 12 anos que, como porta-vozes da multidão, dizem à junta: “deem-nos licença que queremos essa urna”. A enigmática participação das mulheres nos motins, recorrente nos relatos da maioria das paróquias, talvez representasse um modo de manter a salvo de represálias os possíveis recrutáveis. O perfil das mulheres não emerge claramente dos relatos das juntas. Por vezes são consideradas como “perdidas”; em outros contextos, são reconhecidas como mães que desejam proteger os filhos do recrutamento.

A trama dos acontecimentos seria marcada por intensidades de ação variadas e por deslocamentos geográficos dos boatos, das referências a acontecimentos próximos e dos próprios insurretos. O amplo consenso no interior das localidades sobre a indesejabilidade da lei ultrapassava mesmo as fronteiras do mundo da paróquia. Em São Miguel do Anta, por exemplo, uma multidão de cerca de 200 mulheres, “gente ignorante e de baixa classe”, havia rasgado as listas com grande algazarra. Informava o juiz de paz que “os povos desta freguesia só apresenta contra”. Mas na oposição à lei não estavam sozinhos, pois que o motim havia contado também com a colaboração de “mais um povo de Capivara, povo ordinário”, que também estava “conluiado com os de Arripiados”. Em Peçanha, já no ano seguinte, nova tentativa de realização de alistamentos faria convergir sobre a cidade gente de várias freguesias vizinhas:

Disseram que ali iam para rasgar os papéis, pois que não queriam a lei da conscrição. Não pude garantir a junta porque além do grande grupo de gente que se dirigiu à Matriz, estavam todos os pontos do arraial cercados de outros grupos de gente, tendo no mato muitos indivíduos armados e de caras pintadas. Qualquer oposição que fizesse sacrificaria-me, sacrificaria os membros da junta e aos soldados; pois calculou-se que havia no arraial naquele dia, só de pessoas de fora, mais de mil, sendo elas não só da freguesia do Peçanha, como das do Patrocínio e S. Miguel e Almas, que foram convidados para auxiliar os da primeira, apresentando-se como cabeças Joaquim da Silva Graça, conhecido por Joaquim Peão, Vicente de Souza Sarema e Manuel de Souza Sarema. Consta que estão falados frustrarem quantos alistamentos se pretender fazer em qualquer das outras freguesias.

O vocabulário político da multidão seria parcialmente registrado pelos atemorizados juízes de paz nos seus relatos dos acontecimentos. Nos relatos, a

multidão dos “rasga-listas” está sempre bem apetrechada de instrumentos de desordem. Por vezes armada “de caçete e pedras”, ora “armados de cacetes e armas de fogo”, “armados de cacetes e fouces”, ou por vezes “embriagados quasi todos”. As estranhas palavras de ordem que precediam ou acompanhavam o ato de destruir os alistamentos, entretanto, como registraram os juizes de paz, apelavam antes aos símbolos da ordem monárquica e às benções da igreja.

No Prata, por exemplo, apareceram, no dia 1^o de agosto, 42 homens a cavalo armados de cacetes e armas de fogo. Segundo a ata da junta, eram “homens sem educação e embriagados quasi todos”, “homens de pouca ou nenhuma importância no lugar”. Espantosamente, davam vivas a Nossa Senhora do Carmo (a padroeira do lugar), às “autoridades do Prata” e, sobretudo, “vivas ao antigo systema de recrutamento”. Em Lamim, a multidão, depois de rasgar as listas, percorre as ruas da cidade munida de uma bandeira branca, dando vivas à religião, à liberdade e à soberania nacional.

Em outros lugares, a multidão gritaria “Vivas a D. Pedro II e morra essa lei”, “Viva a Constituição do Império, a religião católica e abaixo a reforma da lei do recrutamento”, “Morrer sim, aceitar a lei, não!”, “Respeitamos todas as leis do Império, menos as do recrutamento”, “Viva a velha lei” e mesmo, de modo provocativo, “Vivas à liberdade e à República”. O acento nos símbolos da ordem tradicional, a monarquia, a lei, a religião, dramatiza a dimensão *legitimista* do movimento, restaurando a ordem do mundo abalada. A multidão não se furtava, também, das inversões simbólicas representadas pela idéia da “república”.

Ecoss da “questão religiosa” se fariam ouvir também em vários dos episódios relatados. Como comentaria um deputado provincial sobre os fatos acontecidos em Diamantina,

(...) os factos que se deram também na Diamantina, por ocasião da reunião da junta de Alistamento. Ainda ultimamente deram-se graves perturbações da ordem pública no termo de S. João Baptista. Alí não foi somente causa a reunião da junta de alistamento, foi também a questão religiosa. Formou-se um partido religioso. Esse partido se opoz aos maçons e lhes declarou guerra de morte. Formaram-se dous partidos e a ordem pública esteve gravemente ameaçada, e há até mesmo alguns crimes a lamentar-se. (*Annaes da Assembléa Provincial*, 1876: 310)

Tais depoimentos demonstram que a ruptura entre Estado e Igreja com a prisão dos bispos havia ecoado profundamente na “economia moral” popular. A hostilidade contra os maçons atingia diretamente o Estado imperial, já que Rio Branco, assim como outras figuras importantes do gabinete que fizera passar as reformas do sistema métrico e do recrutamento, pertencia também à alta hierar-

quia da maçonaria. Já durante os “quebra-quilos”, em 1874, os maçons haviam sido um dos alvos prediletos da ira popular.

Nem mesmo a anistia aos bispos iria apagar da memória popular a hostilidade e a desconfiança contra o Estado alimentada pela “questão religiosa”. Os maçons, pivôs da “questão religiosa”, se tornariam o principal alvo da irritação popular em muitas das localidades atingidas pelos “rasga-listas”. Se, do lado das autoridades, uma versão explicativa de fundo conspiratório atribuía os levantes a maquinações secretas dos jesuítas ou dos liberais, uma versão conspiratória popular, por sua vez, interpretava a lei do sorteio como obra diabólica do maçon Rio Branco. De acordo com o promotor público da pequena localidade de São Domingos do Prata,

(...) a idéia sediciosa vae tomando incremento entre os lavradores mais ignorantes, cujos filhos estão no caso de serem recrutados. O poderoso auxiliar de tal incremento vae sendo o boato adrede espalhado de que a nova lei do recrutamento é elaborada pela maçonaria do Brasil, e, assim, seo instrumento para os fins os mais destrutados (conforme comentam com a mais vergonhosa ignorância).

Esta *vendée* do sertão efetivamente impediria que o Estado imperial efetuasse o sorteio, tornando a lei de 26 de setembro de 1874 “letra morta”. Nos anos subseqüentes, todas as vezes que a administração imperial procurou novamente implementar a lei do sorteio, os “rasga-listas” voltaram à ação. Ademais, os “rasga-listas” expandiriam, progressivamente, a sua fúria a outros objetos de irritação: casas maçônicas, coletorias, impostos municipais. Para se ter uma idéia de a que extremos chegariam os ânimos, veja-se o que diz o presidente da província de Minas em seu relatório, ainda em 1881:

Em algumas freguesias do município do Serro, por ocasião de por-se em execução as leis de registro civil e do alistamento militar, bem como um projeto da respectiva Câmara municipal, estabelecendo um pequeno imposto para a criação de escolas, ocorrências bem desagradáveis se deram também (...) Alguns indivíduos mal intencionados começaram então a espalhar boatos assustadores entre o povo, habitante daquelas matas, por demais crédulo e sem nenhuma noção de direito. Alarmou-se ele então, formando desde logo o seu plano de ataque, que era: invadir e saquear o distrito dos Paulistas; seguir para o Vermelho, onde arrancaria o fundo de guerra preciso, e depois para a cidade do Serro, que saquearia igualmente, e nela estabeleceria um governo.

De fato, no dia 1^o de janeiro, reuniram-se no Turvo mais de 300 pessoas armadas, percorreram as ruas, dando tiros, foram ao

cartório do Juiz de Paz, rasgaram e queimaram todos os papéis sobre o alistamento militar. (*Relatório da Presidência da Província*, 1881: 6-7)⁴

A tentativa de implementação do sorteio militar pelo Estado imperial procurava contornar os dramáticos problemas de oferta de soldados e as interferências políticas do recrutamento, estabelecendo um mecanismo de alocação dos encargos de corte igualitário. Procurava, também, contornar o gradiente de discriminação dos notáveis na definição das circunstâncias do recrutamento, estabelecendo um mecanismo cego às propriedades contingentes dos indivíduos. Insuficiente e contraditória para alguns, pelas oportunidades desiguais de escusa do serviço que permitia, tirânica e arbitrária para outros, pelas incertezas que criava, a lei do sorteio seria inviabilizada pela oposição dos “rasga-listas”. A lei de 1874 se tornaria “letra morta”.

Notas

1. As citações e informações que utilizo provêm de Correspondência, Ofícios e Atas das Juntas de Alistamento e Revisão, assim como de outras autoridades, encontrados em: Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial: SG₁₅ Códice 161(1875); SG₁₅ Códice 162(1875); SG₁₅ Códice 163(1875); SG₁₅ Códice 164(1876); SG₁₅ Códice 170(1882); SG₁₈ Códice 329(1875); SG₁₈ Códice 402(1881); e Arquivo Nacional, SDA Códice 603, vol. 5; IG¹ 200; IG¹ 215; IJ¹ 601; IJ¹ 649. Para referências mais precisas, cf. Mendes (1997: 250-318).

2. Documentos em Arquivo Nacional, SDA. Códice 603 [Vol. 5], *Correspondência sobre Movimentos Políticos em Várias Províncias (1822-1894)*. Também fazem referência ao movimento Souto Maior (1978: 181-193), Harner (1989: 49-94), Meznar (1992: 335-351) e Bettie (1994).

3. Para o Nordeste de uma forma geral, cf. Eisemberg (1977). Cf. também Palacios (1987: 325-358).

4. Os relatórios de 1877, 1878, 1879 e 1880 e 1885 também relatam a continuação das resistências à aplicação da lei.

Referências bibliográficas

BARMAN, Roderick. 1977. “The Brazilian peasantry reexamined: the implications of the Quebra Quilo Revolt, 1874-1875”, *The Hispanic*

American Historical Review, vol. 57, n^o 3/401-424.

BEATTIE, Peter M. 1994. *Transforming enlisted army service in Brazil*,

- 1864-1940: *penal servitude versus conscription and changing conceptions of honour, race and nation*. Coral Gables, University of Miami, PhD Diss.
- BRASIL. MINAS GERAIS. *Annaes da Assembléa Provincial de Minas Geraes*. 1876. Ouro Preto, Typ. de J. F. de Paula Castro.
- BRASIL. MINAS GERAIS. 1881. *Relatório que ao Illmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Cônego Joaquim José de Sant'Anna, 2^o Vice Presidente, apresentou o Illmo. e Exmo. Sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, no acto de passar-lhe a administração da Província em 12 de dezembro de 1881*. Ouro Preto, Typ. da Actualidade.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. 1884. *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima oitava legislatura, pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, Fillipe Franco de Sá*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 1877. *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça, Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. Rio de Janeiro, Inst. Typ. do Direito.
- BRASIL.SENADO. 1875. *Annaes do Senado do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro. 4 vols.
- BROOME, John. 1984. "Selecting people randomly", *Ethics*, vol. 95, n^o 1, p. 38-55.
- CALABRESI, Guido & BOBBIT, Philip. 1978. *Tragic choices: the conflicts society confront in allocating tragically scarce resources*. New York, W. W. Norton.
- CARVALHO, José Murilo de. 1992. "Brazil, 1870-1914: the force of tradition", *Journal of Latin American Studies*, n^o 24, p. 145-162.
- COSTA, Emília Viotti da. 1987 "Brazil: the age of reform, 1870-1889", in BETHEL, Leslie (ed.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, vol. 5.
- DISCURSOS sobre negócios do Ministério da Guerra, proferidos na Camara dos Deputados em três sessões de 1882, por Franklin Américo de Menezes Dória. 1882. Rio de Janeiro, Leuzinger.
- DUDLEY, William. 1976. "Professionalization and politicization as motivational factors in the Brazilian Army coup of 15 November, 1889", *Journal of Latin American Studies*, vol. 8, n^o 1, p. 101-125.
- EISEMBERG, Peter. 1977. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ELSTER, Jon. 1992. *Local justice. How institutions allocate scarce goods and necessary burdens*. New York, Russell Sage.
- . 1993. *Political psychology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FALAS DO TRONO desde 1823 até o ano de 1889. 1977. Brasília, Instituto Nacional do Livro.
- HARNER, June. 1989. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920*. Brasília, UnB.
- HESPANHA, Antônio Manuel. 1986. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal, século XVII*. Lisboa, Almedina.
- HOBSBAWM, Eric. 1978. *Rebeldes primitivos: estudo de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HOWARD, Michael. 1970. "The armed forces", in *The new Cambridge modern history*, vol. 9: *Material progress and*

- world wide problems, 1870-1898.* Cambridge, Cambridge University Press.
- JOFFILY, Irineo. 1892. *Notas sobre a Parahyba.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio.
- KORNHAUSER, Lewis A. & SAGER, Lawrence. 1988. "Just loteries", *Social Science Information*, vol. 27, n° 4, p. 483-516.
- LIBBY, Douglas Cole. 1991. "Proto-industrialization in a slave society: the case of Minas Gerais", *Journal of Latin American Studies*, vol. 23, n° 1, p. 1-35.
- MARTINS, Roberto Borges. 1980. *Growing in silence: the slave economy of XIXth century Minas Gerais, Brazil.* Vanderbilt University, PhD diss.
- . 1983. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora", *Estudos Econômicos*, vol. 13, n° 1, p. 181-210.
- MCBETH, Michael. 1972. *The politicians versus generals: the decline of the Brazilian army during the First Empire.* University of Washinton, PhD diss.
- MENDES, Fábio Faria. 1997. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial.* Rio de Janeiro, Iuperj, tese de doutoramento em ciência política.
- MEZNAR, Joan E. 1992. "The ranks of the poor: military service and social differentiation in northeast Brazil, 1830-1875", *Hispanic American Historical Review*, vol. 72, n° 3, p. 335-351.
- PALACIOS, Guillermo. 1987. "Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875", *Dados*, vol. 30, n° 3, p. 325-358.
- . 1989. *A "Guerra dos Marimbondos": uma revolta camponesa no Brasil escravista (Pernambuco, 1851-1852).* Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo.
- RUDÉ, George. 1979. *La multitud en la historia: los disturbios populares en Francia e Inglaterra, 1730-1848.* Madrid, Siglo XXI.
- SOUTO MAIOR, Armando. 1978. *Quebra Quilos: lutas sociais no outono do Império.* São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- THOMPSON, Edward P. 1993. *Customs in common: studies in traditional popular culture.* New York, New Press.
- TILLY, Charles. 1978. *From mobilization to revolution.* Reading (Mass.), Addison-Wesley.
- (ed.). 1975. *The formation of national states in Western Europe.* Princeton, Princeton University Press.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. 1980. *A democracia na América.* Belo Horizonte, Itatiaia.
- VILLAR, Alexandre Augusto Frias. 1876. *Processo Frias Villar.* Rio de Janeiro, Typ. Cosmopolita.
- WELLS, James. 1886. *Exploring and travelling Three thousand miles through Brazil, from Rio de Janeiro to Maranhão.* Philadelphia, J. B. Lippincott Company.
- (Recebido para publicação em abril de 1998)